



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE BRAGANÇA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PAULENE FERNANDA DA SILVA MORAIS

**LUDICIDADE E MEMÓRIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: práticas pedagógicas com idosos no CRAS
Caeté**

BRAGANÇA-PA

2025

PAULENE FERNANDA DA SILVA MORAIS

**LUDICIDADE E MEMÓRIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: práticas pedagógicas com idosos no CRAS
Caeté**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Educação do Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos obrigatórios para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia,

Orientadora: Profa. Dra. Maria Gorete Rodrigues Cardoso

PAULENE FERNANDA DA SILVA MORAIS

**LUDICIDADE E MEMÓRIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E
FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: práticas pedagógicas com idosos no CRAS
Caeté**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à Faculdade de Educação do Campus Universitário de Bragança, Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos obrigatórios para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia,

Orientadora: Profa. Dra. Maria Gorete Rodrigues Cardoso

APROVADO EM: ___/___/___

CONCEITO: _____

BANCA AVALIADORA:

Prof.^a Dr.^a Maria Gorete Rodrigues Cardoso Orientadora –
Universidade Federal do Pará

Prof.^a Dr.^a Maria Natalina Mendes Freitas Avaliadora –
Universidade Federal do Pará

Prof.^a Dr.^a Maria Natalina Mendes Freitas Avaliadora –
Universidade Federal do Pará

LUDICIDADE E MEMÓRIA NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COM IDOSOS NO CRAS CAETÉ

Paulene Fernanda da Silva Morais

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta os resultados de uma experiência pedagógica desenvolvida no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Caeté, localizado no município de Bragança-PA. Essa experiência ocorreu no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) com um grupo de idosos e teve como objetivo analisar como práticas educativas fundamentadas na ludicidade e no resgate de memórias de infância podem contribuir para o fortalecimento dos vínculos comunitários e para a valorização da identidade cultural. As atividades foram realizadas em dois encontros: o primeiro consistiu em uma roda de conversa sobre brinquedos e brincadeiras tradicionais, e o segundo envolveu a confecção e exposição de brinquedos artesanais. Os resultados evidenciaram que a ludicidade favoreceu a socialização, a expressão de afetos e a preservação de práticas culturais, além de revelar o papel do pedagogo como mediador social em contextos de vulnerabilidade. A experiência demonstrou que a atuação pedagógica no CRAS extrapola a dimensão recreativa, consolidando-se como instrumento de inclusão e cidadania. Apesar das contribuições, identificaram-se desafios relacionados à escassez de recursos e à necessidade de maior articulação interdisciplinar, o que aponta para a importância de aprofundar estudos e práticas voltadas ao fortalecimento da educação não formal no âmbito da assistência social.

Palavras-chave: Educação não formal; Pedagogia social; CRAS; Ludicidade; Idosos.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado da experiência do Estágio Supervisionado em Ambiente não Escolar, desenvolvido no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Caeté. O referido estágio é componente curricular obrigatório do curso de Pedagogia, ofertado pela Universidade Federal do Pará, no Campus Universitário de Bragança, e foi realizado no período de março a junho de 2024.

A pedagogia visa formar pedagogos para atuarem em ambientes escolares e ambientes não escolares como: ONGS, hospitais, bancos, associações, instituições de políticas de assistência social e outras, com o intuito de promover a aprendizagem em diferentes níveis do desenvolvimento humano e social, com o objetivo de contribuir para a inclusão social em diferentes perspectivas como étnico-racial, econômica, religiosa, política, cultural, dentre outras.

O CRAS é o Centro de Referência de Assistência Social e funciona como uma Unidade Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo responsável por executar serviços, programas e projetos sociais desenvolvidos pelos Governos Federal, Estadual e Municipal. Dentre os serviços oferecidos pelo CRAS é o Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que visa desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária de crianças, jovens, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Os serviços realizados pelo CRAS para atender as pessoas idosas, consiste em informar e orientar sobre direitos sociais, estimular a convivência e fortalecendo vínculos familiares e comunitários, promover espaços de diálogo e reflexão, prevenir situações de vulnerabilidade social e agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais, propor grupos de fortalecimento de vínculos entre idosos institucionalizados e família.

Com base nas informações a respeito dos serviços realizados pelo CRAS, obtidas através das observações e diálogo realizados no estágio supervisionado no CRAS Caeté, e de alguns documentos legais que regem esses serviços, foi realizado uma ação com o grupo de idosos do CRAS, na qual fizemos uma roda de conversa, e algumas atividades de oficina sobre os brinquedos e brincadeiras que os participantes realizavam em suas infâncias. A partir dessa experiência este trabalho tem por objetivo refletir acerca do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários de pessoas idosas através de brinquedos e brincadeiras por meio do compartilhamento de suas vivências e memórias.

Assim, no primeiro momento será relatada a metodologia deste texto, em seguida iremos abordar sobre os idosos dentro do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos no CRAS Caeté, onde será apresentado os serviços oferecidos através do SCFV para o grupo de idosos no referido CRAS; a seguir será abordada a importância do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários entre idosos através dos brinquedos e brincadeiras, fazendo uma reflexão a respeito do papel do pedagogo na articulação desses serviços.

2 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Este trabalho baseia-se em uma metodologia qualitativa, a partir de um processo de imersão no contexto do estágio supervisionado realizado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) Caeté. A experiência possibilitou conhecer e compreender as práticas pedagógicas, as relações sociais e as ações educativas desenvolvidas com o grupo de idosos atendidos na instituição, bem como compreender o papel do(a) pedagogo(a) na realização dessas ações.

O estágio supervisionado configura-se como um componente curricular essencial para a formação docente, permitindo o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso de Pedagogia. Essa práxis oportuniza vivenciar a articulação entre teoria e prática, constituindo-se como um espaço de reflexão crítica. Dessa forma, possibilitou-nos uma compreensão mais aprofundada acerca da atuação do(a) pedagogo(a) no CRAS Caeté, com ênfase no trabalho realizado com o grupo de idosos. Scalabrin e Molinar (2013) ressaltam que:

O Estágio em sua acepção mais ampla sugere dar condições ao estagiário para a reflexão relativa ao seu fazer pedagógico [...] é um campo de conhecimento, é uma aproximação do estagiário com a profissão que irá exercer e com as pessoas com quem irá trabalhar suas práticas [...]. (Scalabrin; Molinar, 2013).

Portanto, o estágio supervisionado tem suma importância na formação do pedagogo, pois contribui para uma formação crítica e reflexiva sobre as práticas pedagógicas em ambientes não escolares, contribuindo com os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo da formação acadêmica.

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio supervisionado como uma atividade educativa que proporciona ao estagiário o desenvolvimento de competências e habilidades no contexto de sua futura atuação profissional. Essa etapa formativa possibilita ao

estagiário refletir sobre os conteúdos estudados e a realidade prática vivenciada no campo de estágio.

No contexto dos ambientes não escolares, o(a) pedagogo(a) atua em instituições como ONGs, hospitais, associações, bancos e outros espaços, com o objetivo de promover a aprendizagem em diferentes fases do desenvolvimento humano e social. Seu papel é contribuir na superação de exclusões étnico-raciais, econômicas, religiosas, políticas, culturais e outras formas de desigualdade social. Com base nesse entendimento, optou-se por realizar o estágio no CRAS Caeté, com a finalidade de conhecer o espaço e observar o acolhimento e a atuação junto ao grupo de idosos.

O estágio foi realizado no CRAS Caeté, situado na Rua Coronel Antônio Pedro, nº 199, no bairro da Aldeia, em Bragança/PA. Essa unidade pública é mantida pelo município em parceria com o governo federal e integra o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Sua principal atribuição é organizar e ofertar serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica às populações em situação de vulnerabilidade e risco social, viabilizando o acesso a benefícios governamentais e projetos socioeducativos.

O CRAS Caeté oferece diversos serviços, tais como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Além disso, orienta e informa a população sobre os benefícios assistenciais disponíveis, realiza a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, e promove o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Conforme o Ministério do Desenvolvimento Social:

O CRAS é uma unidade de proteção social básica do SUAS, que tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania (Brasil, 2009).

Os serviços prestados pelo CRAS Caeté são desenvolvidos em parceria com a comunidade, buscando compreender os principais desafios enfrentados, como a violência, maus-tratos, situações de vulnerabilidade, preconceitos e rupturas nos vínculos familiares, com vistas à construção de soluções coletivas e efetivas.

O estágio ocorreu no período de março a maio de 2024. A princípio realizamos o reconhecimento do espaço institucional. Fomos recebidos pela coordenadora do CRAS, que nos apresentou a estrutura física, a equipe de profissionais e as atividades desenvolvidas. Como ainda era início do ano, os atendimentos aos grupos ainda não haviam começado. Na ocasião,

a equipe organizava a recepção para o grupo de idosos, que aconteceria no dia seguinte. Participamos dessa acolhida, contribuindo com a organização das atividades de recepção.

Ao longo do estágio, passamos a conviver semanalmente com o grupo de idosos em encontros coordenados pela orientadora social responsável. Inicialmente, realizamos observações para compreender o funcionamento das atividades. Em seguida, realizamos entrevistas com a coordenadora da instituição e com a orientadora social, abordando aspectos como o planejamento das ações, os objetivos das atividades, sua elaboração e a participação dos idosos nesse processo.

Realizamos também uma roda de conversa com os integrantes do grupo de idosos, em que puderam compartilhar suas vivências no CRAS. Questionamos sobre suas impressões em relação às atividades realizadas, se gostavam de participar delas e como essas ações contribuíam para sua qualidade de vida.

Por meio das observações, das entrevistas e da roda de conversa, foi possível compreender melhor as atribuições do(a) pedagogo(a) no contexto do CRAS, especialmente no que tange à atuação na política de assistência social. A partir dessas experiências, planejamos nossa ação final de estágio com o tema: "Brinquedos e Brincadeiras", articulando-a ao trabalho já desenvolvido no SCFV da instituição.

A proposta buscou contemplar os objetivos do SCFV, promovendo a socialização e o resgate de memórias afetivas por meio da partilha de experiências sobre brinquedos e brincadeiras da infância. A ação foi desenvolvida em dois encontros.

No primeiro encontro, realizamos uma roda de conversa na qual os participantes falaram sobre suas infâncias, compartilhando os brinquedos e brincadeiras de que se lembravam. Também brincamos com algumas das sugestões apresentadas por eles, em um momento descontraído e cheio de significados.

No segundo encontro, promovemos uma exposição com os brinquedos confeccionados pelos participantes, como carrinhos de lata e garrafa PET, bonecas de pano e de talo de açaí, entre outros. Cada participante apresentou seu brinquedo e demonstrou como brincar com ele. Foi um momento de grande emoção e troca de afetos, como exemplificado pelo relato da senhora Vera, que se emocionou ao lembrar do pai durante a apresentação de seu brinquedo.

Essa ação teve como base os objetivos do SCFV e buscou fortalecer os vínculos familiares e comunitários por meio da valorização dos saberes e memórias dos participantes. Os brinquedos e brincadeiras tradicionais desempenham papel importante nesse processo, pois estimulam a socialização, o reconhecimento da cultura local, o desenvolvimento de habilidades cognitivas e motoras, além de proporcionarem momentos de alegria e pertencimento coletivo.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Pedagogia em Ambiente Não Escolar

A educação não se restringe exclusivamente ao espaço escolar formal. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1996, estabelece que:

A educação abrange processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, art. 1º).

Dessa forma, compreende-se que a educação pode ocorrer tanto em ambientes formais — instituições regulamentadas por leis, metodologias e didáticas próprias — quanto em espaços não formais e informais, caracterizados pela intencionalidade da construção de saberes e aprendizagens em contextos diversos.

Libâneo define a educação como:

O conjunto dos processos, influências, estruturas e ações que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupos na sua relação ativa com o meio natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais, visando à formação do ser humano (Libâneo, 2001, p. 7).

A educação não formal se concretiza em variados espaços, como organizações não governamentais, hospitais, centros de reabilitação, associações e pastorais. Nesse âmbito, são realizadas palestras, instruções, oficinas e orientações, sempre a partir das demandas específicas do público-alvo. Conforme Gohn (2009), a educação não formal:

Designa um processo com várias dimensões tais como: a aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; a capacitação para o trabalho, por meio da aprendizagem de habilidades e/ou desenvolvimento de potencialidades; a aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos a se organizarem com objetivos comunitários, voltadas para a solução de problemas coletivos; a aprendizagem de conteúdos que possibilitem compreender o que se passa ao seu redor; e a educação desenvolvida na mídia e pela mídia, em especial a eletrônica Gohn (2009, p. 31).

As práticas pedagógicas em ambientes não escolares orientam saberes voltados à vida social, possibilitando o desenvolvimento do senso crítico e a reflexão sobre os anseios comunitários. Nesse contexto, Libâneo (2005) caracteriza o pedagogo como:

O profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica (Libâneo, 2005, p. 33).

Nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o pedagogo atua como agente de transformação, participando de projetos educativos e coordenando atividades que buscam atender famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais, cabe a esse profissional:

atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; trabalhar em espaços escolares e não escolares na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades; identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva, contribuindo para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras (BRASIL, 2005, p. 131).

3.2 Pedagogia Social

A Pedagogia Social configura-se como uma ciência prática da educação não formal, voltada ao desenvolvimento social e à inclusão de indivíduos, famílias e grupos em contextos de vulnerabilidade. Sua atuação concentra-se em espaços como ONGs, centros comunitários, instituições de acolhimento, unidades de privação de liberdade e serviços de assistência social, fortalecendo vínculos e promovendo práticas educativas.

Caliman (2010) a define como:

Ciência prática, normativa e descritiva; ciência que produz tecnologia educacional; ciência orientada para indivíduos e grupos, numa relação de cuidado e ajuda; promotora da capacidade de administrar riscos e emancipar sujeitos historicamente oprimidos, através de programas e instituições socioeducativas (Caliman, 2010, p. 353).

A Pedagogia Social teve origem na Alemanha, no final do século XIX e início do século XX, em resposta às consequências da industrialização, como desigualdade social, pobreza, exploração infantil e criminalidade. Wagner (2008) ressalta que: “A migração para os centros urbanos, em busca de emprego e melhores condições de vida, evidenciou a desigualdade entre

as classes sociais e auxiliou no aparecimento de desamparados e desempregados.” (Wagner, 2008, p. 15).

No Brasil, sua emergência ocorreu nas primeiras décadas do século XX, em meio ao analfabetismo e às desigualdades sociais. Inicialmente vinculada ao assistencialismo, buscava restituir dignidade e cidadania a indivíduos e comunidades vulneráveis. Paulo Freire destacou-se como um dos principais representantes ao propor, na década de 1960, a educação de jovens e adultos, voltada à alfabetização crítica e à transformação social. Conforme Freire (1997):

[...] se às grandes maiorias populares lhes falta uma compreensão mais crítica de como a sociedade funciona, não porque sejam incapazes, mas pelas condições precárias em que vivem e sobrevivem, a saída não pode ser a propaganda ideológica, mas sim o esforço crítico, através do qual homens e mulheres se assumem como sujeitos curiosos, indagadores, em processo permanente de busca e de leitura do mundo e da palavra (Freire, 1997, p. 55).

No âmbito do CRAS, a Pedagogia Social fundamenta as ações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Nesses espaços, pedagogos e educadores sociais elaboram projetos e ações socioeducativas voltados à inclusão, à prevenção de riscos e ao fortalecimento comunitário (Machado, 2002).

Assim, a Pedagogia Social apresenta dois objetivos principais: a socialização do indivíduo, como ciência pedagógica voltada à formação humana, e o trabalho social com enfoque educativo, realizado por equipes multidisciplinares, nas quais o educador social desempenha papel central.

3.3 Políticas de Assistência Social e o Papel do CRAS

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) organiza um conjunto de serviços e ações destinados à proteção e promoção da autonomia de famílias em situação de vulnerabilidade, regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). De acordo com essa lei:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas (Brasil, 1993, art. 4º).

A implementação da política é viabilizada pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), responsável por coordenar serviços, programas e benefícios em âmbito nacional, com foco na superação da pobreza, exclusão e vulnerabilidades (BRASIL, 2009). Nesse sistema, destaca-se o CRAS, unidade pública descentralizada considerada porta de entrada para a proteção social básica.

Entre seus serviços, sobressaem o PAIF e o SCFV. O primeiro, de caráter preventivo e protetivo, visa apoiar famílias, fortalecer vínculos e promover acesso a direitos. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, o PAIF é um:

Conjunto de procedimentos fundamentados em pressupostos éticos, conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, que contribuem para a convivência, o reconhecimento de direitos e a intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, apoiando-as na função de proteção e socialização de seus membros, assegurando o convívio familiar e comunitário (Brasil, 2012, p. 12).

O SCFV, por sua vez, constitui serviço complementar, voltado à convivência comunitária e ao fortalecimento de vínculos, com caráter preventivo e protetivo frente a riscos sociais. Organizado por faixas etárias, contempla crianças, adolescentes, adultos e idosos, promovendo oficinas, atividades esportivas, culturais e de socialização (Brasil, 2022).

No caso específico dos idosos, o SCFV busca assegurar o envelhecimento ativo e saudável, a convivência intergeracional e a valorização de experiências de vida, além de estimular autonomia e novos projetos pessoais (Brasil, 2022).

A ludicidade, nesse contexto, assume papel central, por meio de atividades como jogos, música, dança e práticas recreativas, favorecendo a socialização, o fortalecimento de laços e a construção coletiva de memórias. Lopes (2004) observa que:

A essência da ludicidade reside sobretudo nos processos relacionais e interacionais que os humanos protagonizam entre si, em diferentes situações e níveis de manifestação, com ou sem artefatos lúdicos, digitais ou analógicos (Lopes, 2004, p. 6).

Além das atividades contínuas, o CRAS também desenvolve ações emergenciais, como visitas domiciliares, emissão de documentos, encaminhamentos a serviços previdenciários, cadastro em programas de transferência de renda e suporte a famílias em crise, reafirmando seu papel como unidade fundamental na rede de proteção social.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estágio supervisionado realizado no CRAS Caeté, no município de Bragança/PA, possibilitou acompanhar de forma prática a atuação do pedagogo em ambiente não escolar e, de modo particular, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) destinado ao grupo de idosos. Esse grupo, formado por aproximadamente 25 participantes, homens e mulheres com idades entre 60 e 78 anos, reúne-se três vezes por semana em atividades que envolvem exercícios físicos, oficinas e palestras. A equipe multiprofissional é composta por preparador físico, assistente social e pedagoga, que articulam propostas educativas e socioassistenciais em consonância com os objetivos do SCFV.

A ação final do estágio foi planejada em parceria com a equipe técnica e teve como foco o resgate das memórias da infância por meio de brinquedos e brincadeiras tradicionais. Essa escolha se fundamenta no caráter preventivo e protetivo do SCFV, que busca fortalecer vínculos familiares e comunitários, bem como promover a socialização e a valorização da cultura local (BRASIL, 2022). Nesse sentido, confirma-se a compreensão de Libâneo (2005), ao destacar que a função do pedagogo transcende o espaço escolar e se estende a contextos sociais mais amplos, em que se fazem necessárias práticas educativas voltadas à inclusão e à cidadania.

A atividade foi desenvolvida em dois encontros. No primeiro, organizou-se uma roda de conversa em que os idosos compartilharam lembranças da infância e relataram os brinquedos e brincadeiras de que participaram, como amarelinha, pião e papagaio. Esse momento foi marcado pela afetividade e pela troca de experiências, permitindo que memórias individuais se transformassem em memórias coletivas. Como explica Halbwachs (2006), a memória é socialmente construída e constantemente reatualizada nos grupos, sendo fortalecida pelo convívio e pela interação. Assim, a roda de conversa não apenas estimulou recordações pessoais, mas também promoveu um processo de reconstrução coletiva das lembranças, como evidenciam as fotografias 1 e 2.

Figura 1- Idosos relembrando brincadeiras



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024).

Fotografia 2 – Brincando de amarelinha



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2024).

A fala dos idosos revelou ainda que, em suas infâncias, a brincadeira era vivida de forma coletiva e não marcada por rígidas divisões de gênero. Essa percepção se aproxima da análise de Silva e Gonçalves (2010, p. 62), segundo a qual “os brinquedos, as brincadeiras e os jogos eram tratados, antigamente, como atividades para ambos os gêneros, não restringindo a participação num ambiente coletivo ou individual”. Ao relacionar esse depoimento com a experiência vivida no CRAS, percebe-se como as práticas lúdicas foram fundamentais para consolidar a socialização entre os participantes, confirmando o papel do brincar como elemento agregador e inclusivo.

Esse aspecto reforça ainda o entendimento de Santos (1997), para quem a ludicidade é um componente essencial do desenvolvimento humano em qualquer etapa da vida, pois, mais do que simples diversão, constitui um recurso de aprendizagem, expressão e fortalecimento de vínculos. No contexto do grupo de idosos, a ludicidade atuou como mediadora cultural, capaz de reavivar lembranças, mobilizar afetos e consolidar o sentimento de pertencimento.

No segundo encontro, os participantes confeccionaram e expuseram brinquedos artesanais inspirados em suas memórias de infância, como carrinhos de lata, bonecas de pano e de talo de açaí. Cada idoso apresentou seu brinquedo e demonstrou como se brincava com ele, o que resultou em momentos de emoção e reconhecimento. A senhora Vera, ao mostrar sua boneca, lembrou-se do pai e se emocionou diante do grupo, revelando como o ato de brincar

pode se tornar um catalisador de memórias e afetos. Essa dimensão dialoga diretamente com a análise de Kishimoto (1996), que considera os jogos e brinquedos tradicionais como patrimônio cultural, responsáveis por perpetuar práticas sociais, estimular a convivência e oferecer prazer por meio do brincar. As fotografias 3, 4 e 5 ilustram a intensidade desses momentos.

Figura 3 - Apresentação dos brinquedos



Fonte: Acervo da autora (2024).

Figura 4 - Exposição de brinquedos



Fonte: Acervo da autora (2024).

Figura 5 - Brinquedos confeccionados pelos idosos do CRAS Caeté



Fonte: Acervo da autora (2024)

O caráter pedagógico das atividades também se torna evidente quando se considera a perspectiva de Caliman (2010), para quem a pedagogia social deve se pautar por práticas voltadas à emancipação dos sujeitos e ao fortalecimento de vínculos comunitários. Nesse contexto, a experiência no CRAS revelou como a ludicidade, ao mesmo tempo em que resgata tradições, possibilita a construção de práticas educativas que estimulam autoestima e valorização das histórias de vida dos idosos. Esse ponto é reforçado por Lopes (2004), ao conceber a ludicidade como processo relacional, que favorece a interação entre sujeitos e a constituição de laços sociais.

Assim, os resultados indicam que o(a) pedagogo(a), ao atuar em espaços não escolares como o CRAS, assume papel fundamental na mediação cultural e no fortalecimento dos vínculos sociais. Essa constatação converge com a análise de Scalabrin e Molinar (2013), segundo a qual o estágio supervisionado em ambientes não escolares é essencial à formação crítica do pedagogo, pois possibilita vivenciar a prática em sua dimensão social mais ampla.

Portanto, as ações desenvolvidas no SCFV, ao priorizarem a ludicidade e o resgate cultural, contribuíram para o fortalecimento das relações interpessoais e comunitárias dos idosos. A experiência reafirma a importância da educação não formal e do papel do pedagogo

na política de assistência social, consolidando o CRAS como espaço socioeducativo, de preservação cultural e de promoção da cidadania.

O estágio mostrou-se de fundamental relevância para ampliar minha compreensão acerca do papel do pedagogo no enfrentamento das situações de vulnerabilidade social no âmbito dos CRAS. Sua atuação, em articulação com a equipe multiprofissional da instituição, contribui para o planejamento, a organização e a execução dos serviços e atividades ofertados, buscando, por meio de intervenções socioeducacionais, promover a superação das dificuldades vivenciadas pelos usuários e o fortalecimento dos vínculos sociais e comunitários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou refletir sobre a experiência vivenciada no estágio supervisionado realizado no CRAS Caeté, no município de Bragança-PA, especialmente junto ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos voltado a idosos. O objetivo foi analisar de que forma práticas pedagógicas, fundamentadas na ludicidade e no resgate das memórias de infância por meio de brinquedos e brincadeiras tradicionais, podem contribuir para o fortalecimento de vínculos comunitários, a valorização da identidade cultural em contextos de vulnerabilidade social.

Os resultados evidenciaram que as atividades propostas possibilitaram aos idosos reviverem experiências afetivas significativas, compartilhar memórias individuais que se transformaram em coletivas e reafirmar práticas culturais que fazem parte de sua trajetória de vida. Ao mesmo tempo, o estágio permitiu compreender o papel do pedagogo como mediador cultural e social, capaz de articular ações educativas que extrapolam o espaço escolar e se consolidam como instrumento de inclusão e transformação no âmbito da assistência social.

Apesar dos avanços observados, também foram identificados limites e desafios. A carência de recursos materiais, a necessidade de maior articulação entre os profissionais da equipe e o risco de reduzir a ludicidade a atividades recreativas pontuais evidenciam a importância de consolidar práticas pedagógicas mais críticas, permanentes e articuladas com as demandas sociais da comunidade atendida.

Como contribuição, a experiência analisada reafirma a relevância da presença do pedagogo nos CRAS, ressaltando sua função na organização de ações socioeducacionais que favoreçam a superação das vulnerabilidades sociais e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Abre-se, assim, espaço para a continuidade de estudos e intervenções que

aprofundem a relação entre pedagogia, ludicidade e políticas públicas de assistência social, de modo a ampliar o impacto das práticas educativas em contextos não escolares.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1993.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 26 set. 2008.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 maio 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004*. Brasília: MDS, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. *Orientações técnicas sobre o PAIF: trabalho social com famílias no SUAS*. Brasília: MDS, 2012.
- BRASIL. Ministério da Cidadania. *Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV*. Brasília: Ministério da Cidadania, 2022.
- CALIMAN, Geraldo. **Pedagogia social**: sua história e teorias. *Revista Interações*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 349-366, 2010.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 36. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GOHN, Maria da Glória. *Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. 1 ed. São Paulo, 2006
- LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Educação: conceitos e concepções*. São Paulo: Cortez, 2001.
- LOPES, Maria da Glória. **Ludicidade**: um conceito em construção. *Revista Ludens*, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2004.
- MACHADO, Evelcy Monteiro. **A pedagogia social e a educação popular**. *Revista de Educação Popular*, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 57-67, 2002.
- SANTOS, S. M. P. dos. **O lúdico na formação do educador**. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- SCALABRIN, Rosemeire; MOLINAR, Clarice. **O estágio supervisionado em pedagogia**: reflexões sobre sua importância na formação docente. *Revista Científica Fafibe On-line*, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2013.

SILVA, T. A. da C. e GONÇALVES, K. G. F. **Manual de lazer e recreação: O mundo lúdico ao alcance de todos.** São Paulo, 2010

WAGNER, Claudemir. **A pedagogia social e suas origens: uma leitura histórico-crítica.** *Revista Educação e Linguagem*, Campo Mourão, v. 11, n. 1, p. 11-23, 2008.